

A Sociedade de Geografia de Lisboa e o Programa de Emigração: os reflexos no Pará.

The Geography Society of Lisboa and the Emigration's Program: the effects in the Pará

Anna Carolina de Abreu Coelho *

Maria de Nazaré dos Santos Sarges **

Resumo

Este artigo se propõe a analisar o papel da Sociedade de Geografia de Lisboa na política imigratória portuguesa partindo das questões propostas no documento produzido por essa sociedade intitulado *Programma dos Trabalhos da Comissão d'emigração: Aprovado e adoptado em sessão de 19 de jan. de 1894*, relacionando essa documentação com os projetos de atração de imigrantes para o Estado do Pará.

Palavras-Chave: Sociedade de Geografia de Lisboa; Pará; Imigração

Abstract

This article proposes to analyze the role of the Geography Society of Lisboa in the Portuguese immigration policy, starting from the questions proposed in the document produced by this society entitled *Agenda Program of the emigration's Commission: Approved and adopted in session of January 19, 1894*, relating this documentation to the projects of s immigrants's attraction to the State of Pará.

Keywords: Geography Society of Lisboa; Pará; immigration

Buscando analisar o *Programma dos trabalhos da Comissão d'emigração: Aprovado e adoptado em sessão de 19 de jan. de 1894* vamos inicialmente contextualizar a Sociedade de Geografia de Lisboa, o lugar de produção do documento, procurando demonstrar as mudanças ocorridas nessa instituição do momento de sua fundação em 1875 a 1894 (ano da aprovação do *Programma dos trabalhos*

* Doutora em História pela UFPA. Professora Assistente do curso de História do Instituto de Estudos do Trópico Úmido da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. E-mail: annacarolcoelho@outlook.com

** Doutora em História pela UNICAMP. Professora da UFPA, vinculada à Faculdade de História e ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. E-mail: sarges@ufpa.br

da *Comissão d'emigração*). Posteriormente, será discutida a temporalidade da escrita do documento em Portugal e no Brasil, enfatizando a questão da imigração no estado do Pará e finalmente apresentar as propostas teóricas e práticas do *Programma* como uma política institucional que possibilita vislumbrar as inquietações relacionadas ao processo migratório nos fins do século XIX.

Durante a segunda metade do século XIX, a geografia foi instrumentalizada como uma ciência a serviço dos interesses imperialistas europeus, sendo juntamente com a medicina tropical, com a etnografia e a cartografia, responsável pela elaboração de um corpo de conhecimento a respeito dos países não europeus. Dessa forma, instituições como as sociedades geográficas foram organizadas e estruturadas de modo a dar suporte ao projeto de expansão colonial das metrópoles europeias.¹ A tendência colonialista pode ser observada de forma modelar no relato do economista e jornalista Jules Duval, que se empenhou muito na colonização francesa da Argélia:

A terra nos parece agora sob cores menos sombrias que em outras épocas: ela é para nós o teatro de nossa atividade e o instrumento de nossa potência. (...) Três etapas compõem esta marcha laboriosa e tendem para o cumprimento de nosso destino; três atos de um grande drama: a exploração do planeta, o aproveitamento de seus recursos e a sua colonização. A exploração do planeta é a obra própria da geografia; pelos roteiros de seus viajantes e pelas mediações de seus cientistas.²

A geografia, durante o século XIX, possuía uma perspectiva ligada à exploração e à colonização; esse interesse podia ser observado nas intensas viagens e explorações, que eram características tanto de sociedades geográficas sem interesses imperialistas diretos, quanto das que estavam diretamente ligadas aos países colonialistas.³ De acordo com Said, em um nível básico o imperialismo significa pensar em ter mais territórios, colonizando e habitando terras distantes que são possuídas e habitadas por outros, assim: “Estão em jogo territórios e possessões, geografia e poder”.⁴

Nesse contexto de disputas de territórios coloniais, do nacionalismo e da intensa correspondência entre as diversas sociedades científicas foi fundada a Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL), em 1875. Não se cogitava abrir

¹ CAPEL, Horácio. *Filosofia y Ciencia en la geografía contemporánea*. Espanha: Editorial Barcanova, 1983.p.173-174.

² DUVAL, Jules. *Geographie et colonisation - Um Toast. Nouvelles annals des voyages, de la géographie et de l'histoire ou Recueil des relations originelles inédites, communiqués par des voyageurs français et étrangers: avec des cartes et planches, gravées en tailledouce*. Paris : Gide fils, (puis) A. Bertrand, 1869. p.365-368. (tradução das autoras)

³ CAPEL, Horácio. *Filosofia y Ciencia en la geografía contemporánea*. Espanha: Editorial Barcanova, 1983.p.183.

⁴ SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.p.39.

mão do controle das áreas coloniais e a Sociedade de Geografia de Lisboa era um importante meio de mobilização da opinião pública, a fim de pressionar o governo português para a tomada de atitudes mais enérgicas. Após as conferências de Bruxelas (1876) e de Berlim (1884-1885), Portugal se sentiu pressionado a agir de acordo com a nova dinâmica internacional, voltada para as ambições colonialistas.

Para a autora Cristina Pessanha Mary, as sociedades geográficas constituíam o corpo de conhecimentos necessários ao expansionismo, e muitos de seus membros eram ligados à administração das colônias e, no caso português, os territórios africanos eram uma preocupação muito séria, tanto que o colonialismo expressava-se materialmente na instituição, que possuía as Salas dos Padrões e das Índias, verdadeiros monumentos destinados a conservar a memória das grandes navegações⁵.

Nesse sentido, a Sociedade de Geografia de Lisboa apoiou explorações realizadas nas viagens de âmbito comercial ou científico feitas em Angola e Moçambique por Serpa Pinto (1877-1879), Brito Capelo (1877-1885), Roberto Ivens (1877-1885), Henrique Dias de Carvalho (1884-1888), Francisco Newton (1880-1907) e José Pereira do Nascimento (1888-1911). Essas expedições, ocorridas a partir de 1877, tiveram apoio financeiro da Associação Comercial de Lisboa e do Banco Nacional.

Os boletins da SGL publicavam os relatos enviados pelos exploradores portugueses e estrangeiros, visando formar um arquivo de dados para a elaboração de um plano de exploração científica, econômica e política do ultramar africano; as comissões Africana (1877) e Central de Geografia (1880) foram criadas nessa perspectiva.⁶

O ensino de geografia, por sua vez, recebeu forte influência dessa preocupação colonialista da Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL). Em 1876, esta instituição produziu um parecer que incitava a autonomia curricular do ensino de geografia em relação à disciplina história e cobrava que se atentasse para o tema da necessidade de portugueses nas colônias africanas, dada a preferência dos emigrantes pelo Brasil. Essas propostas foram contempladas pelo programa liceal de 1886, que estabelecia a autonomia do ensino de geografia e tornava obrigatório nos exames o estudo das colônias portuguesas.⁷

⁵MARY, Cristina Pessanha. O Brasil para o mundo português 1875-1889. In: *Geo UERJ*, v.2, n.21, 2010, p.17-27.

⁶GONÇALVES, Paulo Cesar. Sangria aberta, ou artéria do progresso: A emigração ibérica oitocentista nos debates sobre a colonização do além-mar. In: *Confluente*. v.5, n.2, 2013, p.45-67.

⁷CLAUDINO, S. O ensino de geografia em Portugal - Uma perspectiva. In: *Inforgeo*. v.1, n.15, 2000, p.169-190.

Ecoss desta preocupação eram visíveis na filial da Sociedade de Geografia de Lisboa, localizada no Rio de Janeiro, como podemos perceber nesse trecho de uma publicação da filial: “A Sociedade de Geografia de Lisboa aconselhou com o mais dedicado zelo a exploração portuguesa em África e já alguns de seus sócios estavam percorrendo esse vasto continente”⁸.

A Seção Filial da Sociedade de Geografia de Lisboa desenvolveu suas atividades de 1878 a 1888, representando, propagando e defendendo os interesses da matriz em Lisboa. Os sócios da instituição eram parte da elite fluminense, como o comerciante e filantropo Visconde de Rio Vez, que presidiu o Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro (1871-1873); o Visconde de Matosinhos, que ocupou importantes cargos como presidente da Companhia Brasileira de Navegação a Vapor e do Banco Comercial do Rio de Janeiro; o Barão de Teffé, senador, almirante da Marinha e diretor do Serviço Hidrográfico do Império; o diplomata e cartógrafo Barão da Ponte Ribeiro; o Ladislau Netto, botânico e Diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro; e o escritor e jornalista Emílio Zaluar. O Ofício transcrito abaixo menciona a ligação entre Portugal e Brasil nesta instituição:

A seção da Sociedade de Geografia de Lisboa do Brasil, nesse nobre país que fala como nós a língua de Camões, e que partilha conosco, perante a história, as glórias de tantos sábios e de tantos heróis, pode e há de prestar eminentes serviços a esta grande e generosa causa em que anda empenhado o mundo, e de que nos prezamos de ser fieis e dedicados soldados.

(...) Largo é o campo aberto a vossa inteligência, sedutores problemas se oferecem a vossa investigação acrisolada, nobres e honrosos trabalhos vos estão naturalmente consignados neste belo e vastíssimo país, nas diversas províncias das ciências geográficas. Muitos e notáveis esforços e empreendimentos registra já a história científica do grande império sul-americano, mas tão vasto, tão novo e tão imponente é o Brasil que bem pode dizer-se que a nossa geografia física não escreveu ainda a sua última palavra, que a nossa fauna, a nossa flora, os aptidos (sic) variadíssimos do solo brasileiro, a nossa hidrografia, a nossa meteorologia, a nossa etnografia, a nossa história, têm largos capítulos a elaborar, muita luz a oferecer à ciência, muitas revelações importantíssimas a fazer ao trabalho. A partir disso não há de certamente esquecer-vos o assunto que forçosamente se impõe ao patriotismo de uns e à fraternidade de outros e ao espírito esclarecido de todos, não há de esquecer-vos o generoso auxílio que esperamos de vós e os esforços e os empenhos que assoberbam o mundo europeu, e os que particularmente preocupam e agitam este velho Portugal, o

⁸ SEÇÃO DA SOCIEDADE DE LISBOA NO BRASIL. In: *Revista Mensal da Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil*. Rio de Janeiro, v.1, n.1, 1881, p. 8-9.

honrado patriarca das descobertas e das explorações geográficas que primeiro abriu a civilização e a ciência moderna às barreiras do mundo inteiro.⁹

O documento menciona que a partilha de uma cultura e de uma língua comuns justificava a união dos interesses portugueses e brasileiros. De um lado, os brasileiros deviam auxiliar os interesses portugueses com “generoso auxílio” nas questões que agitavam Portugal; de outro, essa união relacionava-se com a própria definição territorial do Brasil, pois acreditava-se que a colonização portuguesa apenas confirmava a posse de um território previamente definido pela natureza.

Assim, alguns membros da intelectualidade imperial procuravam justificar o território nacional a partir do mito da “Ilha-Brasil”, que consistia na atribuição de um território natural para o Brasil definido pelo curso dos rios Uruguai, Paraguai, Guaporé, Mamoré e pelo vale drenado pelos afluentes do rio Amazonas.¹⁰ Esse pressuposto baseava-se na doutrina das fronteiras naturais de Carl Ritter,¹¹ teoria segundo a qual o relevo, o curso dos rios e os desenhos das redes hidrográficas obedeceriam às leis telúricas, ou seja, a natureza definiria o território das nações. As primeiras utilizações desta teoria surgiram na revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e na obra do historiador Varnhagen, que disseminavam esta tese da unidade brasileira, na qual os lusitanos seriam responsáveis pelo resgate do Brasil natural pela civilização¹². Esta pode ser percebida no discurso do engenheiro Henrique Américo Santa Rosa, feito em comemoração ao quarto centenário do descobrimento do Brasil, data escolhida para a fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Pará:

Nada mais justo, portanto, do que o cumprimento do dever cívico que nos leva à evocação dos grandes tipos que passaram, e nesta data solene à veneração

⁹ SEÇÃO DA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA NO BRASIL. Ofício, enviado pela diretoria da Sociedade de Geografia de Lisboa, dirigido ao Presidente da Seção no Brasil, Cândido Mendes, em maio de 1880. In: *Revista Mensal da Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil*. Rio de Janeiro, v.1, n.1, 1881, p.16.

¹⁰ A respeito dessa perspectiva ver: MAGNOLI, Demétrio. Por uma arqueologia da narrativa nacional. In: *Revista USP*, São Paulo, n.49, mar/mai, 2001, p.134-142.

¹¹ Geógrafo alemão, nascido em Quedlinburg, então pertencente à Prússia, descobridor do raio ultravioleta (1801), junto com o geógrafo e naturalista alemão Alexander von Humboldt, um dos precursores da *geografia moderna*. Professor, na Universidade de Berlim, publicou seu primeiro trabalho sobre geografia, uma série de seis mapas sobre a Europa, talvez o primeiro atlas físico da história (1806), que seria atualizado (1811). Iniciou sua obra mais importante e extensa: *Die Erdkund im Verhältnis zur Natur und zur Geschichte des Menschen* (1817). Foi o fundador da Sociedade Geográfica de metodologia, a qual deveria basear-se na observação direta, ao invés de partir de hipóteses teóricas. Sua obra máxima foi *Die Erdkunde im Verhältniss zur Natur und zur Geschichte des Menschen*, em 19 volumes (1817-1859).

¹² VARNHAGEM, F. *História Geral do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1956.

da memória do grande navegador a quem devemos o descobrimento de nossa pátria.
Quatro séculos! Hão decorrido desde o dia faustoso em que em terras brasileiras era plantada a primeira semente da civilização.¹³

Essa ideia, presente no discurso do engenheiro paraense Santa Rosa, estava longe de ser uma unanimidade entre os intelectuais da época; os sentimentos acerca da brasilidade estavam se formando, e em geral o pertencimento estava relacionado às províncias e não necessariamente à nação. Mesmo que houvesse essa valorização do elemento português por intelectuais do IHGB, muitos outros consideravam o sistema colonial português a origem dos males da sociedade brasileira, conforme defendia Tavares Bastos em *Os males do presente e as esperanças do futuro* (1861).¹⁴

Havia uma dualidade entre grupos que se inspiravam na cultura anglo-saxônica e os “iberistas” que advogavam a favor do legado dessas culturas, como Eduardo Prado na obra *A Ilusão Americana*, de 1893. Conforme Cristina Pessanha Mary, especialmente às proximidades da República, os locais de circulação de intelectuais como institutos, sociedades e grêmios buscaram propostas mais nacionalistas, afastando-se da ideia do Brasil como uma continuidade ibérica:

Os outros grêmios de história e geografia, diante das mesmas circunstâncias, terminaram por se adequar aos novos tempos. A sobrevivência da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, bem como do IHGB, imagina-se tenha sido obtida por intermédio de uma política de descolamento de seus projetos em relação às antigas propostas de Império (à imagem e semelhança de Portugal), sacrificando-se, assim, as relações, outrora tão estreitas, com a monarquia.¹⁵

O ano de 1881 foi marcado pela cisão entre o grupo que pretendia nacionalizar a instituição, enquanto outros defendiam a fidelidade aos planos

¹³ SANTA ROSA, H. A. IV Centenário do descobrimento do Brasil. Discurso pronunciado pelo Dr. Henrique Américo Santa Rosa. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, v.1, n.1, 1900, p. 7.

¹⁴ MARY, Cristina Pessanha. A geografia no Brasil nos últimos anos do império. In: *Revista da SHBC*, v.1, n.1, dez/2005, p.166-167.

¹⁵ MARY, op. cit., p. 168.

expansionistas portugueses. O grupo dissidente¹⁶ fundou a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, em 1883.¹⁷

O Programa de Emigração da Sociedade de Geografia de Lisboa

Em 1894, o contexto era muito diferente da época em que existia uma filial da SGL no Brasil, estando a relação entre os dois países estremecida após a expulsão da família real brasileira em 1889 e a ruptura das relações diplomáticas em 1893, devido à Revolta da Armada (cujos revoltosos, a favor da monarquia, pediram asilo político em Portugal, gerando o incidente diplomático). Existiam outras preocupações na Sociedade de Geografia de Lisboa, e estas não se relacionavam nem ao intercâmbio científico e nem à exploração colonial e sim ao fluxo migratório.

Comemorava-se no Clube Naval o quinto centenário de nascimento do Infante D. Henrique, com uma conferência de Vicente Almeida d’Eça e se eternizava a memória do grande incentivador das navegações ao rememorar a conquista de grandes mares que se consolidava como um dos feitos da glória nacional. A Sociedade de Geografia de Lisboa publicava, nesse mesmo ano, uma espécie de manual que deveria ser seguido pelas autoridades de modo a permitir com segurança o fluxo migratório que ocorria nas décadas finais do século XIX. A SGL, ao lançar um documento que confirmava a institucionalização do processo migratório, colaborava com o reconhecimento de um processo que estava na contramão da história da pátria lusa e, portanto, se constituía como um golpe ao orgulho nacional tão bem eternizado no canto I de *Os Lusíadas*:

As armas e os barões assinalados
Que, da ocidental praia lusitana,
Por mares nunca de antes navegados,
Passaram ainda além da Taprobana,
Em perigos e guerras esforçados,
Mais do que prometia a força humana,
E entre gente remota edificaram

¹⁶ Alguns intelectuais paraenses como os barões de Marajó e Guajará foram sócios correspondentes dessa instituição. Ver: “Foram inscritos sócios correspondentes da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro os Srs. Miguel Borges de Carvalho Castelo Branco; Barão de Marajó; João Barbosa Rodrigues; Alexandre Haag, Frank Vicente Junior; Dr. Benjamin Franklin de Albuquerque Lima; Domingos Soares Ferreira Penna; Barão de Guajará; Visconde de Maracajú; Barão de Grajaú; Desembargador José Manuel de Freitas”. *Boletim da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*, 1884, p.378.

¹⁷ MARY, Cristina Pessanha. A geografia no Brasil nos últimos anos do império. In: *Revista da SHBC*, v.1, n.1, dez/2005, p.156-157.

Novo reino, que tanto sublimaram.¹⁸

Os “mares nunca d’antes navegados”, lema firmado no timbre da SGL, representou, nesse momento, não a gloriosa exploração navegatória portuguesa, mas a saída de milhares de portugueses em direção à América, especialmente ao Brasil, em busca de melhores condições de vida que a pátria lusitana não mais oferecia aos seus cidadãos¹⁹.

O contexto político de 1894 não era dos mais tranquilos, a oposição dos partidos políticos ao Governo havia sido substituída pela da Sociedade de Geografia, pela da Liga Liberal e da Associação Comercial de Lisboa, que criticavam o governo pela crise econômica e pela instabilidade; em Lisboa, em julho desse mesmo ano, ocorreu um tumulto na cidade, em que crianças, desempregados, vadios, todos se juntaram para “atirar pedras” nas autoridades. O governo revidou com a dissolução da Associação Comercial, da Associação Industrial e da Associação dos Lojistas de Lisboa. Todos esperavam que a SGL também fosse dissolvida, mas o governo apenas recomendou que se cancelasse a programação de um evento cujo debate ocorreria em torno das fronteiras coloniais africanas.

O rei D. Carlos conseguiu controlar a situação, chegando a passear pelas ruas de Lisboa com tranquilidade. Em novembro de 1894, as Cortes foram encerradas, ficando Portugal sem Parlamento até janeiro de 1896, sendo considerado esse um período de “ditadura”. A situação econômica era caótica, e a opinião geral era de uma bancarrota muito próxima, com desempregados e mendigos nas ruas, seca no campo, aumento do câmbio da libra. Além disso, no ano seguinte, o número de padarias reduziu de 397 para 250²⁰.

Todo este cenário é para demonstrar o contexto do processo emigratório da época. Nesse sentido, a SGL deve ser vista como uma entidade com inserção no debate político que, por sua vez, estava credenciada para a apresentação de um programa intitulado *Programma dos trabalhos da Comissão d’emigração: Aprovado e adoptado em sessão de 19 de jan. de 1894*.

Para Jorge Fernandes Alves, os debates sobre esse tema ganharam uma grande amplitude com o aumento da corrente migratória para o Brasil,

¹⁸ CAMÕES. L.V. Canto I. *Os Lusíadas*. Disponível em: <http://www.psb40.org.br/bib/b269.pdf>. Acesso em 21 de outubro de 2014.

¹⁹ Nesse sentido, Marília Emmi aponta que entre 1908 e 1910 chegaram ao porto de Belém cerca de 13.500 estrangeiros, sendo 48,67% composto pelos portugueses provindos especialmente das províncias do Douro e Minho. Ver: EMMI, M. F. *A Amazônia como destino das migrações internacionais: o caso dos portugueses. XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais- ABEP, Caxambú-MG, 2010*.

²⁰ MATTOSO, J. *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 2001. p.199.

ocorrido durante o século XIX. Esses debates buscavam perceber a situação sob dois ângulos: se, por um lado, era um direito constitucional de mudança de domicílio, por outro, era preciso enfrentar a possibilidade de situações de migrantes desprotegidos e aliciados para os contratos de locação de serviços nas fazendas agrícolas do Brasil²¹.

Antes de apresentarmos o documento, é importante observar também qual era o cenário imigrantista no Brasil. Retornemos ao ano de fundação da SGL, um momento bem delicado para a imigração portuguesa, conforme relatou Gomes Percheiro em um livro intitulado *Questões do Pará* (1875), publicado na cidade de Lisboa. A epígrafe era sintomática do que se podia esperar acerca dos relatos de um português na província do norte. Dizia na primeira página: “Aos meus iludidos compatriotas que vêm no Brasil uma nova terra da promessa”²².

Percheiro estava no Pará na condição de representante da Agência Telegráfica Americana e aproveitou para denunciar o estado precário da província do Pará, atentando para as ideias patrióticas de “alguns moços inexperientes”. Denunciava a existência de um grande partido que odiava os portugueses, como também o clero, os políticos, a magistratura, o professorado, enfim, quase todos os nativos que atribuíam a esses imigrantes vários apelidos, como “marinheiros”, “bicudos”, “pés-de-chumbo”, “galegos”, entre outros. Dizia que aqueles senhores que em seus discursos os elogiavam, no recanto do lar, ensinavam as suas esposas e filhas a odiá-los. Perguntavam os leitores, mas o que estava acontecendo para aparecer esse libelo contra os paraenses? Percheiro estava estarrecido com os inúmeros assassinatos de portugueses no Pará, sobretudo o ocorrido em 1874 na localidade de Jurupary, embora também tivessem acontecido o mesmo em outras localidades como Cintra e Afuá²³.

Percheiro reclamava do fato de que a gazeta *O Diário de Belém* arvorava-se em dizer que ele era protetor da colônia portuguesa, mas que, por outro lado, era um ardoroso defensor do clero, do qual, entretanto, assim se queixava: “tanto mal tem feito aos portugueses”. E ainda denunciava que os assassinatos dos portugueses zombavam das leis, por isso conclamava os comerciantes portugueses a entregarem o seus bens aos ingleses e se retirarem da terra

²¹ ALVES, J. F. Os brasileiros da emigração no Norte de Portugal. *Actas do colóquio realizado no Museu Bernardino Machado*, Famalicão, 1999, p.233-247.

²² PERCHEIRO, D. A. G. *Questões do Pará*. Lisboa: Lallemand Frères, 1875.

²³ PERCHEIRO, D. A. G. *Questões do Pará*. Lisboa: Lallemand Frères, 1875.

onde campeava a impunidade dos assassinos. Esse cenário de sentimento antilusitano é registrado por Érica Sarmiento:

A alta classe mercantil paraense utilizava os veículos de comunicação para fazer voz de seus argumentos antilusitanos e utilizar de calúnias e afrontas verbais que reclamavam contra “os galegos infames, que chegando aqui sem vintém, sem ofício nem benefício, compram logo fiado uma taberna, assinam muitas vezes letras, sem saberem o que assinam, e depois para pagarem, andam roubando aqui e acolá”.²⁴

De acordo com Irene Vaquinhas, o jornal *A Tribuna* era um veículo que incitava a população contra os portugueses com apelos de “Fora ladrões! Fora canalha!”. Ocorreram também manifestações contra o controle do comércio pelos portugueses: “De maio de 1872 a dezembro de 1875, de acordo com os dados que apurei na documentação consular, são assassinados em várias localidades do interior do Pará, 9 cidadãos portugueses (6 comerciantes, 2 caixeiros e 1 calafate)”²⁵.

O antilusitanismo, relatado por Percheiro, era existente, pelo menos, desde a época da independência do Brasil, a exemplo disso apontamos a Cabanagem, revolução que iniciou em 1835 e terminou apenas em 1840, deixando mais de 30.000 mil mortos. Sua abrangência chegou às fronteiras da Amazônia internacional e no centro-oeste brasileiro²⁶. Na primeira fase da revolução, os cabanos combateram as principais autoridades da província; na segunda, eles invadiram muitas casas e mataram ou torturaram, em especial, mulheres ou parentes de portugueses²⁷. O sentimento antilusitano era latente, como demonstra a hostilidade ocorrida na década de 1870 contra os comerciantes portugueses, qualificados como estrangeiros, não obstante outros migrantes europeus partilhassem do comércio paraense²⁸.

Na década de 1880, com a crise de mão de obra escrava surgiram várias publicações que se direcionaram para o processo migratório, um exemplo

²⁴ SARMIENTO DA SILVA, E. *Galegos no Rio de Janeiro (1850-1970)*. Tese de Doutorado em História, Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, 2006. p.66.

²⁵ VAQUINHAS, Irene. Fora galego! Um caso de antilusitanismo no Pará na década de setenta do século XIX. In: *Revista Estudos Amazônicos*, v.10, n. 2, 2013, p. 227.

²⁶ RICCI, Magda. Nação e revolução: a Cabanagem e a experiência da “brasilidade” na Amazônia (1820-1840). In: *Trópicos de História – Gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII a XXI)*, Belém: Açaí, 2010.

²⁷ RICCI, op. cit. p.141-142

²⁸ VAQUINHAS, Irene. Fora galego! Um caso de antilusitanismo no Pará na década de setenta do século XIX. In: *Revista Estudos Amazônicos*, v.10, n. 2, 2013, p. 230. Para um aprofundamento da questão dos conflitos entre portugueses e brasileiros ver: RIBEIRO, Sabina Gladys. *A liberdade em construção – Identidade nacional e conflitos antilusitano no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Duramá, 2002.

dessa literatura é o livro *Guia do Emigrante para o Império do Brasil* (1884), traduzido para o francês, inglês e italiano, sendo organizado por um militar do exército, o tenente-coronel Accioli e Vasconcellos, e nele eram estabelecidos os ditos favores aos migrantes dados pelo império brasileiro. O apoio a estes era dado pela repartição intitulada Inspetoria Geral das Terras e Colonização, que se preocupava em organizar a recepção, o agasalho, o destino e o estabelecimento dos recém-chegados. A cargo desta repartição ficava também a matrícula desses migrantes, a medição e a distribuição de lotes entre eles, que recebiam um título provisório de posse da terra até o pagamento da última prestação da dívida do lote. Os que ficavam no Rio de Janeiro eram dirigidos para a hospedaria da Ilha das Flores, embora também tivessem a opção de escolher outra província num espaço de três meses²⁹.

Havia também obras que faziam propaganda incentivando a migração para o Brasil, como *Le Pays des Amazonas* (1883), do jornalista Santa-Anna Nery, encomendada pelo governo do Amazonas. Esse mesmo autor também publicou um guia para os migrantes, intitulado *Guide de l'emigrant au Brésil* (1889)³⁰. No livro *Le Pays des Amazonas*, Santa-Anna Nery utilizava argumentos fundamentados na opinião de homens de ciência influentes na época, para justificar a total possibilidade de aclimatação dos migrantes estrangeiros na região Amazônica, visando trabalhar nas cidades, na floresta e na agricultura. Ele procurava expor aos estrangeiros a imagem de uma cidade que possuía o mínimo de condições de higiene para recebê-los, ressaltando que Manaus contava com abastecimento de água, projeto de limpeza urbana e a construção do forno crematório; além de oferecer atendimento médico, caso os (i) migrantes necessitassem de remédios e consultas. Argumentava ainda: “A instituição também fornece remédios e proporciona consultas gratuitas aos doentes pobres”³¹.

Na década de 1880, haviam diversas associações dedicadas à atração de imigrantes, como podemos observar no jornal *A imigração* que relatava as perspectivas da Sociedade Central de Imigração, a de São Paulo e outras menores como as Sociedades Santista e de Tubarão³². No Pará, ocorreu um debate em 17 de novembro 1885, dia em que foi criada a Sociedade Paraense de

²⁹ VASCONCELOS, Francisco de Barros e Accioli de. *Guia de emigrante para o Imperio do Brazil*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1884.

³⁰ A obra foi publicada por ocasião da Exposição Universal de Paris de 1889, da qual Santa-Anna Nery foi um dos organizadores.

³¹ NERY, Frederico José de Santa-Anna. *O País das Amazonas*. São Paulo: Edusp, 1981. p. 115.

³² *A Imigração*, Rio de Janeiro, ano 2, n.6, boletim 11, mai/jun1885.

Imigração, sendo a sua principal proposta promover a colonização das terras paraenses por trabalhadores estrangeiros considerados “braços laboriosos e úteis”. Demonstrava o interesse em atrair imigrantes europeus ao combater as ideias prejudiciais ao norte do império baseadas no pressuposto de que o colono europeu não poderia fixar-se na região em razão do clima ardente das terras equatoriais, buscando asseverar a salubridade do clima amazônico³³.

Mas, deixemos o Pará e voltemos ao *Programa de Emigração da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Este não foi o primeiro estudo referente à emigração feito pela SGL. Anteriormente, em 1880, foi realizada uma pesquisa sobre as saídas de portugueses, a qual concluiu que aumentava o volume de emigrantes, especialmente no Porto e nas Ilhas, e que o destino de 97% destes era a América, sendo o Brasil o principal³⁴.

O documento produzido pela SGL estabeleceu que a emigração deveria ser vista no seu aspecto teórico e prático. A primeira parte do documento se referia ao enfoque teórico, no qual deveriam ser observados os “modos de ser”, as “causas” e os “efeitos” da emigração, estabelecendo um cotejo com os trabalhos já realizados e as novas investigações sobre o assunto³⁵.

A segunda parte da organização do manual ou programa (aspecto prático) apresenta uma perspectiva do campo da medicina, ao registrar que os meios imediatos para pensar a emigração eram de natureza *terapêutica e profilática*. Na terapêutica são apresentados os modos de se evitar a emigração para a região ultramarina ou ilhas, enfim, para qualquer lugar do mundo; na profilática, aponta-se como atuar de modo a se diminuïrem os males, tirando-se proveito dessa situação, sendo assim necessário se estabelecer uma regulamentação e tomadas medidas. O governo português também deveria pensar nos “meios mediatos” que se compunham da preparação prévia da população emigrante, de modo a melhorar as suas aptidões. Também era recomendada a manutenção dos laços dos emigrados com a mãe pátria³⁶. Vamos ao aprofundamento das medidas teóricas e práticas do *Programma*.

³³ PARÁ. Relatório do Governo da província do. *Falla*, 1885. p. 88.

³⁴ No Brasil coexistiram até meados do século XX a migração tradicional composta pelas modalidades brasileiro (jovens que migravam com o interesse de voltarem ricos para sua terra) e caixeiro (os que vinham trabalhar em um estabelecimento comercial português); e a “nova imigração” (composta por famílias e trabalhadores pobres que vinham para projetos agrícolas ou para obras de construção e infraestrutura). Ver: BASSANEZI, M.S. *Imigrações Internacionais no Brasil: um panorama histórico*. In: PATARRA, Neide Lopes. (org). *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: FUNUAP, 1995.

³⁵ SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA. *Programma dos trabalhos da Comissão d'emigração: Aprovado e adoptado em sessão de 19 de jan. de 1894*. Lisboa: Comissão d'emigração. Typ. Do Commercio de Portugal, 1894. p.3-4.

³⁶ Idem, p.3-4.

A primeira parte do estudo da emigração (teórico), que se baseava nos trabalhos existentes, normatizava a investigação a ser realizada, estabelecendo uma primeira indagação: Quais as condições de partida deste emigrante? Para se responder a essa questão, eram necessários dados como a profissão, a idade, o sexo, o estado e a classe do emigrante, além do registro do país ao qual se destinava e em que situação esse indivíduo emigrava (livremente ou por contrato). Estabelecido este primeiro estudo, propunha-se observar as condições de viagem: Levava algum dinheiro? Quantia? Como a obteve? Pagava a passagem? Quais as condições do alojamento e da comida durante a viagem e no país de destino?

Contudo, era preciso acompanhar a situação do emigrado, por isso recomendava que o governo observasse as condições de chegada, as oportunidades oferecidas pelo país receptor, os meios que foram empregados para atraí-lo, as condições em que era recebido e quais mecanismos que o governo do país receptor utilizava para fixá-lo em seu território.

Estabelecidos esses emigrantes, era importante que o governo fosse informado das condições sociais destes em diversos países, visando saber em quais prosperavam mais e nos quais prosperavam menos, assim como as condições estabelecidas para essa prosperidade ou os obstáculos que impediriam esse progresso material nesses locais. Era necessário verificar esses pontos para se analisarem as desvantagens ou vantagens que os meios legais levavam na concorrência com os aventureiros. Era muito importante se ter o controle sobre tudo isso, e especialmente saber qual a ligação que os emigrantes mantinham com Portugal.

O manual não se esqueceu dos contratantes, engajadores ou “ganchos”, como eram conhecidos na Galícia. E neste sentido, questionava: Qual o procedimento desses agentes? Que lucro auferiam da emigração lícita e se ela era abusiva? E o governo, por sua vez, o que fazia para estabelecer medidas legislativas de modo a pôr entraves a este comércio lucrativo? E como esses indivíduos burlavam a lei e as autoridades?

Os contratantes eram o foco dos discursos dos jornais e das autoridades que se opunham à emigração, sendo fundamental também entender como se comportavam os engajadores. É importante lembrar que a atuação dos chamados “ganchos” se dava tanto em Portugal como na Espanha. A SGL inquiria a forma como as autoridades se comportavam diante dessa situação, para saber

se eram coniventes com os engajadores, se colocavam entraves ao processo imigratório ou se procuravam agir de forma protetora com os imigrantes³⁷.

Contudo, era preciso fazer um estudo sobre o regresso desses emigrados, dos retornados, como se dizia em Portugal. Procurando saber a relação entre os que partiam e acabavam morrendo e os que regressavam. E sobre os que regressavam, era interessante para a SGL pesquisar o tempo que demoraram fora de seu país, se conseguiam fortuna e verificar o seu estado de saúde³⁸.

Segundo Jorge Fernandes Alves, ao estudar o caso do Porto, o regresso de muitos comerciantes nas décadas de 1830-1840, fugindo dos tumultos antiportugueses muito frequentes nessa época no Brasil, ajudou a alimentar o mito do sucesso e a febre da emigração. Esse mito, presente no núcleo comercial, afirmava que retornaram muitos dos que haviam partido, os quais se caracterizavam por comportamentos exóticos e riqueza invulgar, passando a serem chamados de “brasileiros”, fato que muito contribuiu para se forjar um imaginário popular. Registrava o mesmo autor que a maioria das propriedades do Minho eram de portugueses retornados³⁹.

O Programa de Emigração procurava entender a importância dos “retornados” para o processo migratório no final do século XIX, nos países da Península Ibérica. Neste sentido, era importante indagar a respeito do número e do percentual de emigrados para outros países, quais as medidas adotadas por esses países e quais os resultados obtidos. Em outra parte do documento, eram apresentados os efeitos da emigração que poderiam ser úteis ou prejudiciais, exercendo consequências sobre a riqueza pública, a importação de capitais, o comércio, a agricultura, a indústria, a navegação e a exportação do país.

Quanto “Ao modo de ser do nosso povo”, registrava o *Programma* questões relacionadas às oscilações demográficas, aos hábitos de trabalho, aos hábitos de economia, à moral das famílias, às qualidades altruístas da população e à carestia dos braços. A SGL preocupava-se com as causas da emigração elencando motivações nos aspectos externo e interno. As questões externas a serem investigadas, segundo esse programa, seriam: a pequenez dos salários, as irregularidades do trabalho agrícola, as devastações phyloxéricas⁴⁰ e outras,

³⁷ Idem, p.6.

³⁸ Idem, p.6.

³⁹ ALVES, J. F. 1990. A emigração portuguesa: o exemplo do Porto nos meados do século XIX. In: *Revista de História*, n.1, v. 9, 1991, p. 267-290. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/13092>. Acesso em 13 de janeiro de 2016.

⁴⁰ Relativas às plantações de vinhas.

a depreciação dos gêneros agrícolas, o excesso de procriação, a paralisação dos trabalhos e empregos públicos, a redução do vencimento dos empregados, a redução dos juros da dívida interna, os agravamentos tributários, a centralização da administração e a crescente facilidade da viação.

No âmbito interno, destacava que era preciso desvendar se entre as causas da emigração estavam a repugnância pelo serviço militar, a insolvência, os maus negócios e outras contrariedades da vida, os crimes cometidos puníveis, a ambição crescente resultante do aumento das necessidades, a ambição de melhor colocação para os filhos, ou mesmo o exemplo dos que partiam. Apontava também para aqueles fatores que chamavam de “origem mista”, como a propaganda dos países receptores, a propaganda dos folhetos dos engajadores, a propaganda dos que regressam para ir de novo, a propaganda de cartas de parentes e conhecidos informando sobre sua felicidade e oferecendo colocação⁴¹.

A segunda parte do documento (prático) referia-se à “Profilaxia”, ou seja, aos modos de se evitar a saída de portugueses para países estrangeiros, propondo-se então discutir os “meios diretos”. A respeito das que condições se poderia agir as opções seriam: medidas proibitivas, coercitivas, pela multiplicação de obstáculos ou oferecendo-se vantagens aos emigrados. A Sociedade de Geografia de Lisboa demonstrou discursivamente um empenho em pensar mais profundamente sobre o oferecimento de condições vantajosas como forma “profilática” de se evitar a emigração como: vendas de lotes de terra e água por um preço módico, valorização dos produtos advindos de pequenas propriedades, oferta de trabalho, doação de plantas de viveiros e de sementes, oferecimento de tratamentos médicos e de educação para os filhos. A Sociedade de Geografia de Lisboa propunha também que fosse planejada uma política de repatriação e indagava a respeito de uma política para evitar a emigração feminina propondo possibilidades de ofertas de emprego ou de uma parceria com as missões religiosas. Esses eram algumas das possibilidades “profiláticas” por meio direto.

A respeito dos meios indiretos para evitar a evasão de pessoas, a Sociedade de Geografia atinha-se à implementação de políticas de melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores. Foram elencados a redução de impostos, a instauração de privilégios para a produção industrial portuguesa, o incentivo de consumo de produtos portugueses, melhorias na produção agrícola, criação de crédito agrícola, estabelecendo limites de propriedade.

⁴¹ SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA, op, cit., , 1894. p.7-8.

Instaurou-se a propaganda das riquezas existentes em Portugal e em suas colônias por meio de folhetos e nas escolas.

Sob a perspectiva denominada “Terapeutica” que procuraria minimizar os problemas já existentes, o documento apontava para formas de anular a ação dos engajadores, estabelecendo uma política que oferecesse proteção aos menores e às mulheres solteiras. Era pensado também na possibilidade de implantação de políticas nos países destinos de migração:

Nos países receptores
Convirá determinar às autoridades consulares que tomem conhecimento dos portugueses que entram e saem nos países em que residem, e as circunstancias em que se encontram estabelecidos? Será conveniente criar nos consulados dos países receptores uma repartição de emigração? Convirá aproveitar nas colônias os curadores dos serviços para proteger e vigiar os emigrantes? Será conveniente e possível promover nos países receptores hospitais e hospícios para a recepção e emprego de mulheres e menores, e sociedades de repatriação? Deveria o governo subsidiar essas instituições? Como evitar que os emigrados sejam explorados por seus patrões? ⁴²

Inúmeras questões eram colocadas a respeito da possibilidade uma ação mais efetiva do governo português visando apoiar os portugueses que haviam emigrado, inclusive apoiando e promovendo instituições de apoio social ou de repatriação. Nesse contexto, lembramos que no Brasil havia instituições formadas por portugueses que se preocupavam com a sociabilidade como, a Benemérita Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará, fundada em 1854, uma sociedade voltada para o apoio médico hospitalar de seus associados, muitos deles pertencentes também à lojas maçônicas. O próprio estatuto desta instituição estabelecia a mútua beneficência entre os sócios.

Outra instituição de apoio era o Grêmio Literário e Recreativo Português, constituído em 1867, cuja biblioteca tinha o segundo melhor acervo bibliográfico de Belém, perdendo apenas para a Biblioteca Pública do Estado. O Grêmio Literário possuía classes com aulas de português, francês e escrituração comercial voltadas para os migrantes recém-chegados, cuja maior parte era analfabeta e não possuía profissão declarada⁴³. A atuação dessas classes escolares colaborou para que, no “Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa pela Comissão da Câmara dos Senhores Deputados”, fosse notada certa especificidade nos migrantes portugueses estabelecidos no Pará. Este documento revelava a pouca incidência do analfabetismo e o

⁴² Idem, p.16. O fragmento do documento teve linguagem adaptada para fins de melhor leitura.

⁴³ COELHO, Geraldo Mártires. *O violino de Ingres – Leituras de História Cultural*. Belém: Paka-Tatu, 2005.

domínio da profissão escolhida dos migrantes analisados. A maior parte sabia ler e escrever imperfeitamente, poucos sabiam ler perfeitamente e poucos-símicos possuíam instrução secundária⁴⁴.

O Grêmio Literário Português e a Real Sociedade Portuguesa Beneficente dedicavam-se à sociabilidade e à diversão de seus membros participando das festivas corridas de touros que ocorriam no Colyseu Paraense, intensamente frequentadas por imigrantes portugueses e espanhóis⁴⁵.

Retornando ao documento, a respeito da Regulamentação da saída de portugueses o *Programma* questiona se o país deveria atender às formalidades para satisfazer o emigrante e propinas que têm a pagar? Qual a atribuição das autoridades? A polícia deveria estar em terra e a bordo? Na viagem, quais eram as condições do navio, do alojamento e do alimento? A atribuição dos consulares? A obrigação dos comandantes? As obrigações do emigrado na chegada e depois?

No item IV havia uma discussão sobre a “Preparação Prévia” para que o emigrante tirasse melhor proveito e com mais vantagem lutasse pela existência. Assim, eram relacionados livros, jornais, panfletos, preleções, cursos informando sobre salários, ocupações, cuidados com a higiene pessoal, essas consideradas ações imediatas. Dentre as ações lentas, destacava-se o despertar na criança o espírito de economia, de iniciativa e de trabalho, e talvez o maior espraçamento da instrução profissional e literária.

Por último, era apresentado o item referente à manutenção das relações do emigrado com a mãe pátria, no qual se discutiam os meios eficazes para se atuar sobre o indivíduo, e se estabelecer as medidas eficazes para adaptação aos meios sociais. Neste sentido, a Sociedade de Geografia de Lisboa se colocava como a responsável pela promoção do estreitamento das relações entre Portugal e os diferentes países receptores.

Segundo Paulo Cesar Gonçalves, um ponto fundamental, que demonstra o quanto o Programa de Emigração da SGL foi importante, pode ser observado na política de emigração portuguesa nos fins do século XIX, especialmente em leis e regulamentos que pretendiam desviar as rotas de emigrantes destinados ao Brasil para as colônias africanas. O *Programma* inspirou algumas medidas neste sentido, relacionadas ao capítulo sobre a profilaxia, como a Lei de 23 de abril de 1896, que instituiu a gratuidade do passaporte para aqueles que se dirigissem às colônias, e a Lei de 25 de abril de 1907, que tentou findar

⁴⁴ Ibidem.

⁴⁵ SARGES, Maria de Nazaré. “Tauromachia”, Tauromania: migrantes galegos e práticas culturais em Belém na virada do século XIX para o XX. In: *Migrações na Amazônia*. Belém: Açaí, 2010.

com a emigração e aboliu o passaporte para os nacionais que pretendiam se deslocar para possessões portuguesas do ultramar. Porém, a emigração para a África continuou inferior em relação ao Brasil, a qual continuava mesmo na clandestinidade⁴⁶.

Para Marília Emmi, sobressaía-se o papel das redes migratórias, compostas por párocos, o regedor, os governos civis, as autoridades consulares, os engajadores individuais ou organizados em sociedades comerciais, capitães de navios e a imprensa propagandista. Os emigrantes clandestinos em geral partiam de Vigo, na Galícia, devido à proximidade das províncias de Douro e Minho. Esses migrantes destinavam-se a Belém, São Luis, Recife, Salvador, Rio de Janeiro e Porto Alegre⁴⁷.

Aprovado o *Programma dos trabalhos da Comissão d'emigração*, em 9 de janeiro de 1894, foi assinado pelo presidente e pelos dois secretários da Sociedade de Geografia de Lisboa. Esse documento nos proporciona uma radiografia das preocupações que cercavam o processo migratório e, por outro lado, não deixamos de observar que, naquele contexto, o Programa elaborado pela Sociedade de Geografia de Lisboa constituía-se numa peça política relacionada ao governo português. A continuidade da vinda de portugueses, mesmo na clandestinidade, relacionava-se ao sonho de ter um futuro mais próspero no Brasil, mesmo contrariando as práticas profiláticas sugeridas pela SGL e estabelecidas pelo governo.

Palavras finais

A Sociedade de Geografia de Lisboa surgiu em um contexto de envolvimento entre as sociedades geográficas e as práticas de exploração colonialista, tanto que uma de suas principais preocupações se referia às colônias portuguesas na África, havendo a tentativa de se enviar exporadores e viajantes para essas regiões. A interlocução entre a Sociedade de Geografia e os intelectuais brasileiros era muito intensa devido à existência de uma seção filial, localizada no Rio de Janeiro, que, em 1881, desvinculou-se da matriz, tornando-se uma instituição independente em 1883.

O contexto da forte crise econômica portuguesa, ocorrida na década de 1890, contribuiu para a decisão de muitos pela emigração, que tornou-se mais intensa, sendo o Brasil ainda o destino favorito. A Sociedade de Geografia de Lisboa, diferindo dos objetivos iniciais colonialistas, que permearam sua

⁴⁶ GONÇALVES, Paulo Cesar. 2013, p.45-67.

⁴⁷ EMMI, op, cit; 2010.

fundação em 1875, volta suas atenções para a emigração, procurando analisar e sugerir medidas que pudessem ajudar o governo a controlar o forte êxodo.

Nesse sentido, o *Programma dos trabalhos da Comissão d'emigração* é um documento que nos ajuda a refletir a respeito das preocupações que permeavam uma parte da sociedade portuguesa naquele momento e que se relacionam com as mudanças no regime de trabalho vigente no Brasil, que passava do trabalho escravo ao livre e que, desde meados do século XIX, já contava com programas que visavam a atração de imigrantes estrangeiros. Procuramos, neste artigo, entender a historicidade da SGL, analisando o contexto específico da produção do documento *Programma dos trabalhos da Comissão d'emigração*, relacionando-o com a presença de (i/e) migrantes portugueses no Pará.

Artigo recebido para publicação em 16/10/2017

Artigo aprovado para publicação em 21/12/2017